

# DISCURSO E PODER: O REFERENDO DAS ARMAS NA MÍDIA IMPRESSA

*Cristiane Pereira de Moraes e Sousa (UFMS)*

**Resumo:** Neste artigo, analisamos diferentes formações discursivas e ideológicas em discursos da *Veja* e *Isto É*, enfocando as relações de poder no discurso midiático. Analisamos como diferentes sentidos são instaurados de forma a repercutir ideologias, interesses e intervir nas decisões e nas relações da sociedade. Portanto, para que possa compreender o discurso da mídia, é mister que o leitor recorra à interdiscursividade, buscando um posicionamento sócio-histórico-ideológico.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Mídia. Interdiscurso.

**Abstract:** In this article, we have analyzed different discursive and ideological formations at *Veja* and *Isto É*, discourses focusing the relationships of power in the media speech. We have analyzed how different meanings are established to discuss ideologies, interests and to interfere in the decisions and in the relationships of the society. Therefore, to understand the discourse of the media, it is necessary that the reader goes through the interdiscursivity, looking for a social-historical-ideological statement.

**Key- words:** Discourse Analysis. Media. Interdiscourse.

## INTRODUÇÃO

Inserido na história e na memória do sujeito, cada texto nasce de um permanente diálogo com outros textos, materializando-se *intra* e *interdiscursivamente* em textos que nos rodeiam, nos enredam e nos constituem.

Dessa forma, observa-se que o sentido de um enunciado surge mediante os processos discursivos que envolvem os sujeitos com os textos e, ambos, com a história. Isto é, não se trata de examinar um discurso como se tivesse sido produzido exclusivamente por um determinado sujeito, mas de considerar que sua enunciação pode partir de um correlato ou de uma posição sócio-histórica, na qual os enunciados e enunciadore se revelam substituíveis.

Partindo do princípio de que os sujeitos se enunciam de lugares ideologicamente marcados, o objetivo deste trabalho consiste em analisar e discutir as diferentes formações discursivas em discursos da “*Veja*” e “*Isto É*” – sobre o referendo das armas 2005 – bem como das formações ideológicas que lhes são inerentes.

Este artigo é parte de nosso projeto de mestrado, em andamento, que se orienta a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa (AD), cujo principal expoente é Michel Pêcheux, responsável por instaurar, em 1969, um novo paradigma para os estudos lingüísticos.

## 1. PERSPECTIVA TEÓRICA

Para Pêcheux (1990), a linguagem é vista como interação social em que o outro desempenha papel essencial na construção do significado; enquanto o discurso é contradição, lugar de confronto ideológico, não podendo a linguagem ser estudada fora da sociedade, pois os processos que a constituem são histórico-sociais. Preocupava-se então, com a ligação entre o discurso e a prática política que passam pela ideologia.

O trabalho com historiadores, filósofos, sociólogos e psicanalistas resultou numa proposta interdisciplinar, que se constituiu a partir de três regiões do conhecimento: a Lingüística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, fundamentais para a Análise do Discurso, construindo, assim, o seu objeto de estudo – o discurso.

Isto possibilitou entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se une à história e à sociedade que o produziram, preocupando-se com a ideologia, visto que a linguagem dessa concepção é de conflito, mudança, possibilidades e transformações.

Foi com base nessa nova concepção de discurso que Pêcheux, à luz dos estudos de Althusser e Foucault, desenvolveu as noções de formação ideológica e formação discursiva, o que, sem dúvida, contribuiu para o desenvolvimento da AD.

Partindo da idéia de que toda formação social pressupõe uma conjuntura em que várias formações ideológicas se confrontam, Pêcheux & Fuchs (1990, p.166-7) postulam que uma formação ideológica apresenta-se como “um conjunto de representações que não são nem *individuais* nem *universais*, mas se relacionam mais ou menos a *posições de classes* em conflito umas com as outras”. Dessa forma, observa-se que toda formação ideológica comporta uma ou várias formações discursivas, que, por sua vez, “determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares, no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes”.

A partir da idéia de heterogeneidade constitutiva e mostrada, a qual desde 1978 vinha sendo articulada por meio da AD, Authier-Revuz, influenciada por leituras de Bakhtin, evidencia em suas pesquisas as rupturas enunciativas no intradiscurso, inaugurando o aparecimento de um discurso outro no próprio discurso. Em outras palavras, o sentido e sujeito em Authier-Revuz são influenciados pela concepção dialógica da linguagem formulada por Bakhtin, o qual vê o discurso como espaço marcado por heterogeneidade e o sujeito (dividido, clivado) como sendo aquele que intermedeia, harmoniza em busca da unidade e coerência, as diferentes vozes que atravessam sua fala.

Assim, evidenciando as relações entre o lingüístico e o histórico, o discurso e o intradiscurso, Pêcheux e Foucault erigiram a Análise do Discurso em que o sujeito e a produção do sentido encontram-se no centro. Acrescentando-se ainda o aporte da leitura de Bakhtin que, a partir dos anos 80, fez a AD abrir-se para uma série de problemáticas envolvendo o sentido e o sujeito, trazendo as idéias da heterogeneidade e alteridade.

Em suma, as propostas desses três fundadores de discursividades, ou seja, novas possibilidades teóricas, em suas convergências e divergências, dialogaram com outros textos teóricos desde os anos 60, desestabilizaram certezas sobre a língua, o discurso, o sujeito e o sentido. Além disso, construíram bases para pensarmos, hoje, nas relações entre língua e discurso, nas determinações ideológicas, e nas articulações da

subjetividade com a alteridade, no diálogo, na intertextualidade, na interdiscursividade. Possibilitando, assim, novos olhares para o texto, e os processos discursivos que os mantêm.

## **2. O ACONTECIMENTO: OS EFEITOS DE SENTIDO DA MÍDIA**

O primeiro referendo da história do país teve como tema “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”, assunto que gerou muitos debates entre os eleitores e acalorou as redações jornalísticas de todo o Brasil.

A consulta popular foi encabeçada por duas frentes parlamentares: “Brasil Sem Armas”, sob a presidência do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), propôs o “sim”, confirmando, portanto, a proibição para o uso de armas. E a frente “Pró-Legítima Defesa”, presidida pelo deputado Alberto Fraga (PFL-DF), sugeriu o “não” para quem entendesse que todo cidadão tem o direito de possuir uma arma.

A atenção dos brasileiros, antes centrada na crise política, foi transferida para as propagandas, horários eleitorais gratuitos e artigos publicados sobre o referendo, uma vez que o voto foi obrigatório.

O referendo das armas consistiu-se num acontecimento, no sentido de Pêcheux (2002), um fato novo, com declarações em seu contexto de atualidade e no espaço da memória e que já começa a se reorganizar, confirmando a tese de que o discurso não é “um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe (...)” (p.56). Assim, é necessário que a análise do discurso acolha os sujeitos e os discursos ordinários, destacando o papel da mídia na espetacularização dos efeitos de sentido, visto que ela (re) configura trajetos de sentido entre a atualidade e a memória.

No que tange ao texto jornalístico, espera-se que haja um grau de objetividade na “fabricação” e na difusão da informação, tendo por princípio o pressuposto da neutralidade e imparcialidade, que norteiam, em tese, a boa prática jornalística. No entanto, para a AD, este distanciamento dos fatos não ocorre, haja vista não haver um sentido já fixado, prévio, antecipado no dizer, sendo descartados por princípio a idéia dos textos jornalísticos serem transparentes.

### **2.1. Discurso Jornalístico: os efeitos de sentido construindo evidências**

A apropriação da análise dos discursos para o estudo dos textos jornalísticos justifica-se pela compreensão da linguagem como processo produtivo. Pois, conforme assevera Orlandi (1988, p. 17), a linguagem é trabalho simbólico, o que compreende que “tomar a palavra é um fato social com todas suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc”.

O discurso de *Veja* (05/10/2005) foi explícito quanto a sua posição, com a reportagem de capa, *7Razões Para Votar Não - A proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos*, posicionou-se claramente a favor do “não”, acendendo a discussão sobre os limites entre liberdade e responsabilidade, confundindo informação com opinião. A esse respeito, observa-se a seguinte afirmação: “VEJA

acredita que a atitude que melhor serve aos interesses dos seus leitores e do país é incentivar a rejeição da proposta da proibição” (p.77).

Com base em estatísticas, experiências de outros países que aderiram ou não o comércio de armas, e depoimentos de pessoas que tiveram suas vidas alteradas pela violência, o discurso de *Veja* demonstrou que não havia relação direta entre a proibição de armas e as taxas de homicídio, salientando ainda, que a quantidade de armas nas mãos da população, não determinava o grau de violência de uma sociedade.

Pretendendo auxiliar seus leitores na escolha, com posições contraditórias, porém, elucidativas, o discurso da *Isto É* (12/10/2005), em reportagem de capa, *7Razões Para Votar Sim, 7Razões para Votar Não – Só você decide*, também apresentou opiniões de especialistas, estatísticas de outros países e depoimentos marcados por tragédias, por pessoas que tiveram suas histórias modificadas quando um gatilho foi acionado. A revista assevera também que suas histórias quase sempre dramáticas, “certamente vão contribuir com sua escolha. Apenas contribuir, porque a decisão é sua, apenas sua” (p.61).

*Isto É* tentou manter-se na “imparcialidade”, mostrando os dois lados. Todavia, pudemos observar que nos sete depoimentos a favor do “sim”, três pessoas reconheceram não ser a solução, mesmo convictos dos seus votos, fizeram ressalvas quanto ao referendo: “(...) ainda levaremos uns 50 anos para mudar as coisas (...) o foco central é o desamparo social, que abre espaço para o poder paralelo” (p.63). “(...) nem a justiça nem a polícia estão preparadas para a nova situação” (p.64). “(...) sei que não vai resolver” (p.65).

Desde o princípio, a revista primou por uma linguagem persuasiva, mesmo com o discurso “imparcial” que só os leitores decidiriam, por meio de vários depoimentos marcados por fatos e diálogos, antes ouvidos de outras pessoas e retransmitidos, porém, a cada um, sempre acrescidos de particularidades, dando-se aí a interdiscursividade.

### 3. A NATUREZA HETEROGÊNEA DO DISCURSO

O discurso jornalístico está inserido de tal maneira no meio social que é impossível não incorporar o meio e o ambiente social nas próprias entranhas do discurso. Como observa Bakhtin (2002), o aparecimento de outras vozes, a abertura de espaços para as diferenças, diversidades, discordâncias e polêmicas, legitimando assim, o papel da revista entre os leitores e o meio social em que atua. Daí, o seu caráter polifônico, o discursar de várias vozes, que não seja apenas a “voz do dono”. Mas vozes, que, no trabalho de edição, acabam confinadas a orquestrações que interessam “ao dono da voz” difundir.

Na perspectiva bakhtiniana, a linguagem seja ela pensada como língua ou discurso, é essencialmente dialógica. Isto é, não há discurso individual, visto que se constrói no mínimo entre dois interlocutores, que são seres sociais e, por sua vez, mantém relações com outros discursos. Analisemos alguns fragmentos das revistas *Isto É* e *Veja*:

Fragmento (1) (...) “querem desarmar os cidadãos honestos. E depois, que direito vão nos tirar?” (*Isto É*, p.66).

Fragmento (2) “Se o SIM prevalecer, as pessoas que têm armas legalizadas poderão mantê-las. Mas quando acabar ou vencer a munição, onde irão obtê-las?” (*Isto É*, p.69).

A partir dos fragmentos (1) e (2), podemos observar que os enunciadores dessas assertivas, por meio de questionamentos, buscam estabelecer uma cumplicidade com o leitor, configurando o aspecto dialógico descrito por Bakhtin.

Em outro enunciado, *Veja* assinala o caráter heterogêneo da linguagem, de maneira “mostrada”, o qual trata-se dos que manifestam o ato de refutação pela negação, que também permite identificar a presença do Outro, cujo discurso é desqualificado.

Fragmento (3) “A polícia brasileira é incapaz de garantir a segurança dos cidadãos” (*Veja* p.85).

Temos o pressuposto de que a função da polícia é garantir a segurança dos cidadãos. Nesse caso, mais uma vez, a revista apostou na memória discursiva do país, no que se refere aos sentidos cristalizados sobre violência, e segurança pública, isto é, a insegurança, impunidade etc. Portanto, todos esses sentidos deixam nos leitores/eleitores o sentimento do medo, o perigo de um “sim” ou “não”.

Vejamos a pergunta elaborada pela revista *Isto É*, em entrevista ao senador Renan Calheiros, considerando somente o enunciado do entrevistado.

Fragmento (4) *Isto É*: “A **adesão** maciça de artistas e personalidades à campanha indica tratar-se de uma **causa popular**, que a grande maioria da população quer a proibição?” (grifo nosso).

Calheiros: “A **causa é da sociedade**. Não é de partidos, desse ou de outro governo. Por isso, oito em cada dez brasileiros dizem SIM ao fim das armas. O **engajamento** é por convicção” (*ISTO É*, p.64, grifo nosso).

Quando a revista adota o termo “adesão” referindo-se aos artistas e personalidades que aderiram à campanha, o senador Calheiros rejeita a expressão “adesão”, adotando “engajamento”, e também quando se refere a uma “causa popular”, usa “a causa é da sociedade”, mudando assim, o sentido das palavras. Rejeitando os termos, ele os deixa implícitos, o que marca a posição ideológica de sua formação discursiva. Pois é o líder da frente parlamentar “Brasil Sem Armas”, e o lugar que ocupa é determinante para que fale desta ou de outra maneira.

Sabemos que no domínio da AD, o sujeito é determinado pela posição, e lugar de onde enuncia. Nesse caso, em razão dos desejos e interesses da disputa dos implícitos na reportagem. Logo, ele o faz do interior de uma formação discursiva, regulada por uma formação ideológica.

### 3.1. A Produção de Sentidos na Mídia: o (inter) discurso dos periódicos

Este percurso analítico pela cobertura jornalística, feita pelos periódicos *Veja* e *Isto É*, de recentes acontecimentos envolvendo o referendo, aponta para as forças de

**An. Sciencult, v.1, n.1, Paranaíba, 2009.**

relação de poder da imprensa na sociedade global atual e de seu papel político. A mídia como ator político tem função reguladora e legitimadora da contemporaneidade.

Fragmento (5) (...) o referendo é um despiste, uma tentativa de mudar de assunto, de desviar a atenção das pessoas do mal que realmente as atormenta: o banditismo. Pior ainda. Como uma possível vitória do SIM não terá efeito positivo algum – ao contrário, vai ajudar a aumentar mais ainda o poder de fogo dos bandidos –, as pessoas vão se sentir culpadas pelos crimes que continuarão acontecendo (*Veja*, p.78).

Este fragmento explicita o papel político da revista: regular a legitimidade das organizações sociais a partir da visão de mundo e do pensamento único institucionalizado em suas páginas. A revista elabora uma resposta a quem ousa votar “sim”. *Veja* pretende nos provar que não há possibilidade da escolha do “sim”. O caminho (pensamento) único já foi pavimentado.

Com frases disponibilizadas como verdades absolutas, as revistas tecem seus discursos, pois o efeito de sentido do discurso jornalístico aproxima-o de uma lei. No entanto, sabemos que Lei não comporta opinião, interpretação, nem crítica; deve ser aceita e valorizada na sua impessoalidade.

Fragmento (6) “(...) como o brasileiro está acostumado a relacionar armas com a criminalidade... sua tendência natural é dizer sim à proibição” (*Veja*, p.78).

Fragmento (7) “(...) Arma puxa violência. Cidadãos comuns não têm controle emocional para usá-las” (*Isto É*, p. 64).

Conforme Pêcheux (1997), há que se considerar o fato de que na constituição do sujeito do discurso, o sujeito é social, interpelado pela ideologia, mas acredita ser livre, individual e também dotado de inconsciente, porém acredita estar o tempo todo consciente. Portanto, afetado por esses esquecimentos e assim constituído, o sujeito (re) produz seu discurso.

Todo discurso produz sentidos a partir de outros sentidos já cristalizados na sociedade. Assim, nos fragmentos (6) e (7), podemos conceber memória discursiva como sendo esses sentidos já cristalizados, legitimados na sociedade e sendo reavivados no intradiscurso.

### **3.2. Desejo e Poder no Discurso**

A mídia impressa detém, privilegiadamente o “poder”. Sua credibilidade está em constante disputa entre as manchetes de revistas e os demais campos sociais. E está constantemente sendo testada por meio de pesquisas junto aos leitores. Credibilidade pressupõe persuasão, pois, no diálogo com o leitor, valem os “efeitos de verdade”, que são meticulosamente construídos para servirem de comprovação mediante argumentos de autoridades, testemunhas e provas.

É no interior do campo jornalístico que se encontra o poder de incluir ou excluir, qualificar ou desqualificar, legitimar ou não, dar voz, publicitar e tornar

público. Poder este que se concentra em quem escolhe a manchete, foto, a notícia da primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não.

Essa situação pode ser interpretada por meio das noções de discurso, sujeito e poder proposta por Foucault (1969 [2005, p. 61]), a qual ressalta que a manifestação da dispersão do sujeito se dá “nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala”. Lugares estes, e posições que são construídos no interior de uma determinada formação social, e determinam, como são determinadas pelas práticas discursivas.

Isto posto, entendemos que a iniciativa de configurar o discurso como um espaço o qual abriga distintos lugares/posições, significa apontar para a heterogeneidade que é inerente a todo e qualquer discurso.

O discurso das revistas *Veja e Isto É*, apresenta-se como exemplo de uma prática discursiva na qual se desenvolve uma rede de lugares discursivos. Há, no mínimo, três distintos lugares discursivos que são da ordem do *já-lá* e, como tal, faz parte da constituição desse discurso, que são: o lugar do político, do jornalista e do leitor. No entanto, é preciso ressaltar que outras formações discursivas estão presentes no fio do discurso, o que mais uma vez comprova a sua heterogeneidade.

O sujeito do discurso, ao ocupar o lugar de jornalista, está submetido a outras ordens disciplinares – o dizer da política, da mídia e do leitor. Como lembra Foucault (1971 [2005, p.9] ) “que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Logo, não é dono do seu dizer, ou seja, não é totalmente livre para dizer o que bem entende.

O jornalista, enquanto sujeito responsável pela autoria do discurso, é, portanto, quem detém o poder ao se subjetivar, inscrevendo seu dizer no intervalo que há entre o dizer da política, da mídia e do leitor. Nesse caso, a função de ator político desempenhado pelo jornalista, não é ligada a sua posição pessoal, mas a uma ideologia profissional.

Assim, a noção de sujeito em Foucault não pode estar dissociada da noção de discurso, já que é nas/pelas práticas discursivas, as quais são determinadas pelas práticas sociais, que o ser humano se transforma em sujeito do discurso. Nesse sentido, cada um não faz o que quer, senão aquilo que pode, e lhe cabe na posição de sujeito que está inserido numa determinada ordem disciplinar, num dado momento.

O poder no discurso jornalístico, muitas vezes é um modo de ocultação de significados e significações, em vez de informações ou esclarecimentos produzidos pela sociedade. Em outras palavras, os sentidos podem estar ocultos ou silenciados, por meio de um processo de escolha, seleção e edição que vai nortear leitores segundo a visão seletiva dos interesses por trás dos processos de edição.

Isso nos lembra o apontamento de Foucault, que a sociedade produz seu próprio discurso, e o faz sob processos de seleção de controle:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (2005, p. 8-9).

Nessa perspectiva, o discurso jornalístico informa a sociedade, contudo, esta informação já vem moldada e formatada, por meio de regras e procedimentos. Pois, longe de ser um discurso transparente ou neutro, ele o exerce, de modo privilegiado, com propriedades singulares e papéis preestabelecidos. Ou seja, o discurso é a instância onde se armam conflitos, resistências, relações de poder e desejo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo foi identificar e descrever as forças que movem e direcionam os leitores a determinadas interpretações, seja a informação transmitida de maneira direta ou imparcial.

Em nossa análise, constatamos abordagens, opiniões e conclusões distintas sobre o mesmo assunto, fato explicável pela presença de um confronto discursivo, marcado pela heterogeneidade das formulações e dos argumentos empregados para que esses discursos chegassem ao grande público. É a mídia interferindo, modificando e questionando com o “poder” dos jogos oblíquos dos enunciados.

Desse modo, entendemos que para compreender os sentidos veiculados pela mídia, é fundamental que o leitor recorra à memória-do-dizer, isto é, à interdiscursividade, embora os textos da mídia sejam mais acessíveis ao leitor do que os textos literários e científicos, convém salientar que eles exigem uma leitura minuciosa dos seus interlocutores, que deverão encará-los a partir de um posicionamento sócio-histórico-ideológico, a fim de compreender os sentidos neles abarcados. Do contrário, correrão o risco de fazer uma leitura ingênua, vaga e improdutiva. Ou seja, é necessário interpretá-los e não apenas lê-los, buscando a compreensão de como ocorre o processo de construção dos sentidos e sua inscrição na história, o que para nós, está ligada à ideologia.

A mídia, principal formadora de opinião da sociedade, dita o que será importante e discutido no tempo que lhe aprouver, junto aos expectadores e leitores. Portanto, todo movimento feito pela mídia – o que é falado, exibido e fotografado – não é fruto do acaso. O que nos leva a afirmar que todas as formas de mídia estão interessadas na formação de opinião, auxiliando o ímpeto voraz de alguns desejosos para que seu discurso prevaleça, tomando-o como instrumento que viabiliza o “poder” e /ou sustenta as relações de poder na sociedade.

Acreditamos que à luz das informações teóricas apresentadas, pudemos, a partir da análise, compreender melhor alguns conceitos da Análise do Discurso. Nesse sentido, destacamos também que o estudo da AD possibilita uma reflexão de que é possível entender além das palavras ou imagens divulgadas, e ter uma dimensão mais elaborada do que vem a ser o interdiscurso ou o resultado daquilo que vemos, ouvimos, lemos e/ou assistimos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZIZ FILHO. et al. Sim? Não? Só Você Decide. **Isto É**, nº 1878, p.60-70, 12 out. 2005.  
BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Trad. L. F. de Sampaio. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2005 (1971).

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do Saber**. Trad. L.F. Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 (1969).

KLINTOWITZ, Jaime. Referendo da Fumaça. **Veja**, edição 1925, ano 38, nº 40, p.76-88, 5 out. 2005.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. Campinas, SP: Cortez, 1988.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: Gadet & Hak. **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. E. P.Orlandi. 3. ed.Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. E. P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1997.